

A OCUPAÇÃO DA CIDADE COMO PRÁTICA SOCIAL DE LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES – FERNANDÓPOLIS-SP*

Vagner José Moreira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Os espaços públicos e centrais das cidades, historicamente, têm sido ocupados pelos trabalhadores em seus mais diversos movimentos de luta, reivindicação e protesto social. A concentração de trabalhadores na cidade e a ocupação dos espaços públicos e centrais, geralmente com passeatas, comícios, ornamentados com ferramentas de trabalho e faixas que sintetizam suas pautas e perspectivas políticas, garantem visibilidade aos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores e corroboram na relação de forças e nas diversas disputas empreendidas. A cidade constitui no território das disputas políticas dos trabalhadores, é “o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico” (FENELON, 2000, p. 7).

Os movimentos sociais de trabalhadores rurais, em suas lutas por melhorias das condições de trabalho e de vida ou pela reforma agrária, também vislumbram na cidade o lugar estratégico para organizar e mobilizar os trabalhadores e pressionar os governos.

Na região Noroeste do Estado de São Paulo, a cidade de Fernandópolis constituiu-se no território de diversos movimentos sociais de trabalhadores, no período de 1946-64. Naquele tempo, os trabalhadores disputaram projetos diversos para as suas vidas e para a sociedade. Diante das pressões de relações trabalho, vivido precariamente por esses trabalhadores, diversos movimentos sociais foram organizados para lutar contra o pagamento da renda e despejos, a exploração do assalariamento, do armazém e das duras condições de vida. Muitos desses movimentos sociais transformaram-se em luta pela terra – limites, pressões e expectativas da vida diária, forjados em suas experiências e modos de viver (THOMPSON, 1981, 1997, 1998).

* Artigo produzido a partir de algumas considerações do terceiro capítulo da tese de Doutorado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, “Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964”, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida.

A concentração e a ocupação da cidade pelos trabalhadores constituíram-se em prática social de luta e expressão da cultura dos trabalhadores, tais como, a concentração e ocupação de trabalhadores na cidade em 1948 e 1952 e o levante de trabalhadores de 1949, que na memória hegemônica foi descrito como “levante comunista de 1949”. A criminalização desses movimentos sociais tornou-se uma das práticas do exercício da dominação já naquele período – expediente utilizado pelos latifundiários para o controle e disciplina dos trabalhadores e perspectiva política que orientava a polícia e o Judiciário.

Para problematizar essa experiência dos trabalhadores na cidade de Fernandópolis utilizo alguns documentos que evidenciaram aquelas práticas sociais de luta.

Calil Chade, também conhecido como Oto Santos¹, militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), escrevia com frequência nos periódicos “A Classe Operária” e “Voz Operária”, produziu um relato significativo sobre o movimento social dos trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949², publicado com o título “**A luta dos camponeses de Fernandópolis**”, no periódico “A Voz Operária”:

O sertão situado em torno de Fernandópolis, na Alta Araraquarense, tem sido, neste último ano, uma zona de sérias lutas dos camponeses contra a exploração do latifúndio e contra a política de Adhemar, que protege os interesses dos grileiros e grandes proprietários de terra.

Em maio do ano passado [1948] a massa camponesa invadiu a cidade a fim de exigir a libertação dos seus produtos confiscados pelos latifundiários e pelas autoridades bem como para protestar contra os altos preços cobrados pelo arrendamento da terra. As autoridades, diante dos 940 camponeses, fugiram e deixaram a cidade nas mãos da massa revoltada.

No princípio deste ano, por ocasião das eleições municipais, o terror e a violência policial do Sr. Adhemar desencadeou nessa zona, a fim de impedir que os camponeses elessem livremente os seus representantes. Todo o terror fascista não intimidou a massa, que continuou lutar [ilegível] com mais energia pela conquista de suas reivindicações.

Toda a região de Fernandópolis é tomada por vastos latifúndios pertencentes aos frigoríficos estrangeiros e a uma dúzia de grileiros, como [ilegível], Jales, Ludgreen [ilegível], Garcia e outros.

Nesses grilos, onde comumente há choques armados entre os capangas dos pretensos donos das terras, são explorados milhares de camponeses que pagam preços os mais absurdos pelo arrendamento.

Há muitos anos que se desenvolve no meio da massa de arrendatários uma luta vigorosa pela redução do preço cobrado pela “renda” da terra. E o que os camponeses tem visto [é] aumentar esse preço, ao mesmo tempo que o governo Adhemar joga sua polícia para perseguir aqueles que lutam contra a fome e a exploração crescente. Neste ano a situação dos camponeses agravou-se mais.

O custo de vida se tornou muito mais sério e a falta de assistência aos trabalhadores da terra chegou ao auge. O veneno para matar as pragas do algodão só era encontrado no cambio negro [...] preço de 70 e 90 cruzeiros. A falta do veneno determinou que a maior parte da colheita do algodão fosse destruída pela lagarta e pelo [ilegível]. Além disso, na época da colheita os

¹ Informação fornecida por Lyndolpho Silva em 2 de abril de 1990, na entrevista concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa, no Instituto Cultural Roberto Morena, Cf. COSTA, 1994.

² Para a problematização, memórias e histórias desse movimento, Cf. MOREIRA 2009.

preços dos produtos, como algodão, milho, amendoim e arroz, sofreram grande baixa, prejudicando os interesses dos arrendatários em favor dos grandes compradores.

É diante dessa situação e da necessidade urgente que os arrendatários têm de se libertar das explorações impostas pelos grileiros e tatuíras, que os camponeses se ergueram pela conquista de seu pedaço de terra próprio, livre do arrendamento.

As suas lutas anteriores lhes mostraram que isso só poderia ser conquistado através de uma luta mais enérgica, em que tinha que enfrentar a reação da polícia protetora [...] (Trecho ilegível de 4 linhas, aproximadamente, descrevendo o início do movimento). Nessa ação eles contaram, naturalmente, com apoio de toda massa, como tão bem ficou demonstrado pela população camponesa de Populina que festejava o São João.

A reação da polícia fascista de Adhemar não se fez esperar na defesa dos grileiros, contra a massa camponesa esfomeada e miseravelmente explorada.

Procurando apresentar a luta dos camponeses como uma ação isolada dos comunistas, a polícia procura acobertar a sua ação de defesa exclusiva dos grileiros. A atitude do vereador de Prestes, Antônio Joaquim, à frente da massa, é a atitude justa que devem tomar os legítimos defensores dos interesses dos trabalhadores que o elegeram. O delegado fascista Louzada da Rocha, que é hoje o laçao enviado para todas as ações terroristas contra os camponeses, atirando a polícia contra os trabalhadores que lutam contra a fome, silencia com relação a todos os conflitos armados entre capangas, que se sucedem no sertão paulista, seja nos grilos da Sorocabana, da Paulista, da Noroeste ou da Araraquarense. Isso caracteriza bem o que é o governo de Adhemar, que persegue os trabalhadores, explora o povo e acoberta os crimes dos grileiros Nabiene Tolosa, Moura Andrade, Pisa Sobrinho, Jales, Garcia e também outros.

Mas a reação procura, agora, usar de uma nova tática. É a de silenciar e não fazer estardalhaço pela “imprensa sadia” como fez com a luta de Santo Anastácio. É que ela sabe quanto é grave a situação no campo e como cresce a combatividade dos camponeses que cada dia estão mais dispostos a lutar com energia contra a exploração e o terror. A própria imprensa dos latifundiários procura silenciar sobre um acontecimento tão importante porque pretende criar uma falsa ilusão de que tudo no campo vai indo muito bem. (VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1949, p. 2)³.

A narrativa de Calil Chade constitui-se em uma evidência desse processo social de construção histórica e social de memórias que se cindem por interesses de classe em luta. Sua narrativa foi produzida nesse ambiente de tensões, marcada por suas perspectivas políticas e “estruturas de sentimentos” valorados e realmente vividos e sentidos (WILLIAMS, 1979).

O jornalista Chade era, confessadamente, militante comunista nas décadas de 1940 e de 1950. Suas formulações teóricas e políticas – isto é, os referenciais dos quais partia para compreender o processo histórico e sua transformação – estavam revestidas de uma leitura de época, uma perspectiva histórica etapista e linear, partilhando de noções de que o campo brasileiro conservava resquícios feudais⁴ e identificava a diversidade de

³ Os trechos ilegíveis são decorrentes das condições dos micro-filmes do referido periódico disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL – UNICAMP.

⁴ O historiador Caio Prado Junior, militante do PCB e crítico dessas interpretações pecebistas, argumenta que não é possível a “transposição de tal situação [feudalismo e o latifúndio feudal] e conjuntura para as condições do Brasil. As coisas se passaram historicamente entre nós, e por isso continuaram a se manifestar de maneira completamente distinta. E por mais que se queira enquadrar o nosso caso na teoria inspirada em circunstâncias como aquelas que descrevemos [o feudalismo europeu] e que não encontram semelhança alguma, próxima ou remota, na formação e na realidade brasileira, não se consegue mais que uma grosseira caricatura que os fatos ocorrentes em nosso país se recusam terminantemente a reproduzir. [...] O conceito de latifúndio feudal ou semi-feudal é inaplicável e inteiramente descabido no que respeita ao Brasil

trabalhadores rurais à noção “camponeses”, como fica evidenciado também em sua intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, em novembro de 1954 (SANTOS, 1954-1955). Todavia, é justamente isso que torna relevante a narrativa de Chade, pois expressa o “desejo revolucionário” e “sonho de outro mundo possível” (PORTELLI, 1993). Historicamente, uma determinada elaboração a partir de relações sociais experimentadas e significadas.

O entorno da cidade, nos limites territoriais entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, é descrito pela forte imagem dual de “sertão” dominado por grileiros e seus capangas. Antes de abordar o movimento, Chade procurou descrever o ambiente vivido pelos trabalhadores rurais, as relações de trabalho, em particular, pelos arrendatários de terra, como sendo envolto de necessidades, antagonismos e expectativas, ao organizarem-se em movimento de luta por direitos trabalhistas e na luta pela terra.

É significativa a informação de que a cidade já houvera sido ocupada pelos trabalhadores no ano anterior, evidência de que os conflitos em torno das relações de trabalho e da luta pela terra foram anteriores a 1949. Evidência de um processo histórico complexo, que não principiava e muito menos encerrava em 1949.

A tensão vivida em torno da defesa de seus respectivos projetos na cidade e no campo já havia levado os trabalhadores a vislumbrar a ocupação da cidade como uma possibilidade em 1947. A notícia foi vinculada no periódico “Hoje”, por mais que os redatores do jornal pecebista, naquele ano, buscassem desconversar a respeito ao acreditarem na reversibilidade da legalidade do PCB e na política de “união nacional”⁵. O movimento é informado no periódico com a manchete “**Manobra diabólica dos reacionários de Fernandópolis desmascarada pelo Secretário de Segurança**”:

Fernandópolis. Os raposas reacionários do PSD deste município, logo que tiveram conhecimento pelo rádio, da notícia do fechamento do PCB, arquitetaram um plano diabólico a fim de provocar desordem nesta cidade e com ela talvez a desejada intervenção federal no Estado. Tudo isso é lógico, cumprindo ordens dos seus patrões, Morvan, Costa Neto, etc. Fizeram com que o delegado local se deixasse levar pelos seus boatos alarmistas. Assim sendo, disseram ao delegado que mais de 60 famílias de camponeses armados, estavam prontos para invadir a cidade em sinal de protesto pelo fechamento do PCB e que matariam todo mundo que encontrassem na mesma. O delegado, assustado com o falso boato, telegrafou ao Secretário da Segurança pedindo reforço de tropas ante o ‘Assalto esperado’. Como era natural, o Coronel Flodoaldo Maia, que conhece muito bem a manha dessa gente, negou-se a enviar o reforço pedido, mandando que o delegado regional de Rio Preto, fosse verificar ‘in loco’ o que havia.

[...]”PRADO JÚNIOR, 1996. p. 60.

⁵ Irineu Luís de Moraes relata, em suas memórias que, diante da política partidária daquele momento, precisou se deslocar para cidade Miguelópolis com o objetivo de desmobilizar a militância, que acreditava que o seu papel era resistir à cassação do registro do PCB e do fechamento de sua sede, Cf. WELCH; GERALDO, 1992. p. 96-99.

Aqui chegando, encontrou, essa autoridade, tudo em ordem, reinando a mais completa calma em toda região (HOJE, São Paulo, 17 de maio de 1947, p. 2).

Para aqueles trabalhadores, a ocupação da cidade aparecia como uma forma de resolução de seus problemas; promover concentrações e manifestações de trabalhadores pelas ruas da cidade estava se constituindo em prática de luta. A invenção dessa prática parecia útil no enfrentamento das “formas de controle” e do exercício da exploração e dominação pela burguesia agrária e urbana de Fernandópolis. As experiências vividas e pensadas por esses trabalhadores levaram a formular práticas como essas e a compor seus “repertórios de resistência” (HALL, 2003, p. 229), estabelecidos no contra-teatro encenado pelos trabalhadores nas diversas lutas diárias no espaço do campo ou da cidade (THOMPSON, 2001, p. 227-267).

Partindo de perspectivas semelhantes à de Chade, Carlos Marighella também enfatiza a ocupação da cidade ocorrida em 1948, em texto elaborado para a publicação na revista “Problemas”, em janeiro de 1949, com o título “**Nossa Política**”:

Ao lado dessas greves tão ricas de experiências, verificamos por outro lado que as massas camponesas se lançaram à luta, enfrentando a reação dos senhores feudais e a polícia, sem atender aos apelos do padre, do advogado ou do coronel. Essas lutas dos camponeses se revestiram das mais variadas formas, desde os comícios contra o alto preço dos arrendamentos, até os desfiles e demonstrações em praça pública contra os latifundiários, como aconteceu em Fernandópolis, onde a cidade foi dominada pelos camponeses, e as autoridades fugiram (MARIGHELLA, 1949, p. 7).

Em uma direção similar, a narrativa de Mauricio Grabois, escrita em maio de 1949, também publicado na revista “Problemas”, relaciona esse movimento ao “Manifesto de Janeiro de 1948”:

Demonstrações e comícios de camponeses contra o alto preço dos arrendamentos e por outras reivindicações [...]. Importante manifestação nesse sentido foi a que realizaram em Fernandópolis, Estado de São Paulo, cerca de 900 camponeses, desfilando pela cidade de armas na mão e pondo em fuga as autoridades locais.

[...] Não orientamos suficientemente as massas camponesas em suas lutas e ainda vacilamos em dar-lhes perspectivas claras para enfrentar a reação dos latifundiários, como aconteceu em Fernandópolis, Estado de São Paulo, quando foi realizada uma demonstração de massa de cerca de 900 camponeses, convocados para uma ação prática contra os latifundiários e que foram dissolvidos por ordem de camaradas nossos, quando já o prefeito, o delegado e demais autoridades municipais tinham fugido (GRABOI, 1949, p. 25).

A autocrítica em tom de lamento de Grabois dimensiona os significados que adquiriu para alguns quadros partidários aqueles movimentos de trabalhadores rurais e suas lutas. Ao desvelar um dos principais problemas vividos pelos trabalhadores arrendatários e sem terra da região de Fernandópolis, o número de 900 “camponeses” ou mais é significativo não pelo quantitativo que ele poderia expressar naquele momento, mas pela

potência desses sujeitos ocupando a cidade, dando visibilidade ao problema da terra e as suas reivindicações.

A “oportunidade perdida”, lamentada por Grabois, está muito próxima ao que Alessandro Portelli identificou em sua pesquisa junto a trabalhadores e militantes comunistas na Itália – os sonhos ucrônicos: “não se referem à forma pela qual a história se desenrolou, mas como ela poderia ter ocorrido”⁶ se o partido tivesse se posicionado de maneira diferente e não tivesse desmobilizado os trabalhadores⁷. Parece que as críticas às versões externas e as autocríticas às posturas políticas partidárias direcionavam em perspectiva histórica a narrativa sobre os movimentos sociais no campo e na cidade como campo de possibilidades, se determinadas práticas e atitudes tivessem sido diferentes⁸.

Na intervenção no IV Congresso PCB, Chade formula uma crítica interna à política partidária do período anterior e examina o movimento de 1949 em Fernandópolis, textualmente afirmando o “sectarismo” partidário em substituir as “lutas da massa pela vanguarda. Um exemplo típico dessa forma sectária de ação nós o temos na luta que ocorreu em Fernandópolis” (SANTOS, 1954-1955).

No artigo publicado no periódico “Voz Operária” Chade chama a atenção para a “imprensa sadia”. De acordo com Chade essa imprensa havia silenciado diante dos acontecimentos em Fernandópolis. Todavia, o movimento de 1949 foi tratado por essa “imprensa sadia” talvez não da forma e com o espaço que desejava Chade. Significativamente, os interesses do silêncio da imprensa são identificados: não dar visibilidade ao um movimento que poderia tornar-se paradigma e estímulo para as lutas dos trabalhadores no interior do Estado de São Paulo.

⁶ Alessandro Portelli, analisando entrevistas de trabalhadores e militantes comunistas na Itália, identifica um processo semelhante de questões colocadas em torno do “tema da oportunidade perdida” à medida que a política de “união nacional” e o “compromisso histórico” passaram a ocupar a agenda do PCI (Partido Comunista Italiano) após a Segunda Guerra Mundial. Cf. PORTELLI, 1993, p. 49-51.

⁷ Sobre esse processo histórico a historiadora Beatriz Ana Loner afirma que: “A preocupação fundamental de Stalin em suas conversações com os aliados era dividir o mundo em esferas de influência de tal forma que ficassem resguardadas a segurança soviética e o controle do leste europeu, ao mesmo tempo que se evitasse conflitos entre as 2 grandes potências: URSS e EUA. A política de ‘união nacional’ desenvolvida pelos partidos comunistas, na Europa e outros continentes, servia a estes interesses. Isto trouxe como consequência, na Europa, a frustração da revolução na França e na Itália, seu esmagamento na Grécia e proporcionou a burguesia a folga necessária para reconstruir sua dominação, nestes e nos demais países. Encontrou ela nos comunistas, neste período, seus mais fiéis aliados, não só heróicos lutadores contra os nazistas, não só bons advogados em suas relações com as massas trabalhadoras, mas também excelentes ajudantes na reconstrução econômica, social e política dos diversos países nos moldes burgueses.” LONER, 1985, p. 24.

⁸ Torna-se relevante ressaltar que tanto Grabois quanto Marighella compunham os quadros da direção do PCB naquele momento. Movidos pela autocrítica e avaliação política do período anterior a cassação do registro do PCB e dos mandatos parlamentares, período anterior este em que apostaram em uma política de conciliação de classe e de união nacional – na perspectiva de uma revolução democrático-burguesa.

As “notícias” vinculadas pela “imprensa sadia” foram consideráveis para um movimento circunscrito, por essa mesma imprensa, em uma só noite, mas que de imediato teceu narrativa estabelecendo relações entre o movimento e alguma trama conspiratória internacional de perspectiva comunista, que, nas palavras de Chade, a imprensa apresentou o movimento “como uma ação isolada dos comunistas”. As narrativas de Chade (no periódico “Voz Operária”, em 1949, e no IV Congresso PCB, em 1954) em nenhum momento caracterizaram o movimento de trabalhadores em 1949 em Fernandópolis de “revolução comunista” ou de “revolução agrária”. Seus argumentos situam o movimento naquele ambiente de lutas dos trabalhadores rurais que, pressionados por circunstâncias diversas de exploração e desiludidos com o pagamento da “renda” ou com os “despejos”, “ergueram pela conquista de seu pedaço de terra próprio, livre do arrendamento [...], através de uma luta mais enérgica”. É muito provável que Calil Chade tenha cogitado que situar e relacionar àquelas lutas dos trabalhadores à órbita do PCB não constituía a forma mais adequada de defendê-los diante da repressão policial e política do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). De forma perspicaz, Chade denuncia que “a história escrita pelas classes dominantes não registra e procura encobrir a verdade do que tem sido no Brasil a luta sangrenta dos camponeses pela conquista de terras ou pela defesa de suas terras” (SANTOS, 1954-1955). Essa sua fala, cinco anos depois do movimento de 1949, mapeia, acredito, a produção social da memória e os sentidos atribuídos pela “imprensa sadia”.

Paradoxalmente, o periódico “**O Marmiteiro – a voz das fábricas em defesa dos trabalhadores**”, na coluna “Noticiário”, no final da segunda página, expressa-se da seguinte forma sobre as lutas dos trabalhadores rurais ocorridas em junho de 1949:

Alta Araraquarense – Os camponeses do sertão da Alta Araraquarense não resistindo mais as miseráveis condições de vida, a que eram submetidos, resolveram tomar as terras. Assim, penetraram nas grandes fazendas, e nos “grilos” **ocupando terras** e as estas horas devem estar **marchando para os povoados** onde irão buscar do que **comer e vestir**. Este é um exemplo a ser seguido pelos operários das cidades. Ficar parados e indiferentes é morrer míngua. Lutar por meio de greves e outros movimentos é conquistar os melhores dias para os nossos filhos (O MARMITEIRO – A voz das fábricas em defesa dos trabalhadores. N. 6, Ano I, Junho de 1949 Apud POMAR, 2002. p. 180-181).

O editor do periódico “O Marmiteiro” termina o exemplar com a frase “Leia e passe adiante este jornal”. O periódico de duas colunas parece ser publicado em duas páginas e impresso em mimeógrafo. O exemplar número 6 trata de vários temas, entre eles, o “Congresso de Vereadores” ocorrido em Ribeirão Preto, no período de 12 a 16 de junho. O periódico caracteriza o evento como um conluio dos integralistas e latifundiários para reformar – “rasgar” – a Constituição e retirar a liberdade de pensamento, de palavra e

reunião, liberdade de associação, liberdade de imprensa, enfim, “legalizar a ditadura de Dutra”, bem como para impor aos trabalhadores o trabalho de “estrela a estrela”. Notícia também a militância dos “vereadores de Prestes” no “Congresso das Municipalidades” e denuncia a repressão e prisão a esses vereadores. A nota marginal no periódico enfatiza as lutas dos trabalhadores rurais, reivindicada como estratégia e exemplo para o operariado das cidades, defendendo ainda a “união” entre “camponeses e operários” para superar o imperialismo norte-americano.

Por outro lado, de forma intrincada, a nota evidencia que as diversas lutas sociais no campo estavam ocorrendo articuladamente e eram esperadas para aquele momento. O ambiente social vivido pelos trabalhadores rurais parecia propício para a ocupação de terras. Presumivelmente, premidos pelas circunstâncias políticas do momento e orientados pelo “Manifesto de Janeiro de 1948”, alguns militantes se deslocaram pelo interior do Estado de São Paulo para uma determinada “palavra de ordem do partido”. Parecia ser essa a informação em Fernandópolis.

Não menos intrincado, em 1946 já circulava no interior do DOPS informações sobre um possível “levante comunista” na região de Fernandópolis:

CORFORME determinações de V. S. procedi investigações em torno da situação política de Fernandópolis, apurando o seguinte: Em Fernandópolis grande parte da população é adepta ao Partido Comunista Brasileiro (sic). Apurei que, um mês atrás (sic), os principais elementos do Partido estiveram na Capital do Estado, afim de receberem ordens para tomarem parte num **levante comunista**, que devia ser geral no País, de onde voltaram aguardando novas oportunidades para o citado levante. Os cabeças do Partido tem o **costume** de promoverem bailes nas fazendas das imediações, sem o consentimento do Delegado de Polícia local, afim de transformarem os ditos bailes em reuniões políticas, tanto que, o Dr. Castelo Branco, Delegado local, mesmo sem ter o auxílio de praças da Força Armada, vai somente acompanhado do escrivão de polícia, afim de impedir tais irregularidades, correndo assim grande perigo, por ser ele odiado pelos comunistas. Suspeita-se na cidade, que o Partido está de posse de grande armamento de diversas qualidades. [...]. João Lino Jacinto, investigador (RELATÓRIO dos investigadores João Lino Jacinto e Francisco Aristodemos Decimo de Angelis, em deligência mediante OFÍCIO n. 6.383, de 27/06/ 1946, OFÍCIO da Delegacia Regional de Polícia de São José do Rio Preto, n. 1.070, OFÍCIO n. 261 da Delegacia de Polícia de Fernandópolis, 22/7/1946. PRONTUÁRIO 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP). (Grifo nosso).

É impossível determinar se os trabalhadores estavam organizando um “levante comunista” em 1946. Como também é impossível perscrutar como aqueles que foram identificados como comunista pelo investigador João Lino Jacinto narravam para si mesmos o processo histórico que estavam vivendo. A pesquisa sobre esse processo histórico em 1946 está limitada pelos arquivos do DOPS. Todavia, esses mesmos materiais históricos já problematizados evidenciam que os trabalhadores em Fernandópolis não iniciaram suas lutas por melhores condições de vida e trabalho, bem como a luta pela terra, com o “levante comunista” de 1949 (MOREIRA, 2009). E, tão pouco, essas lutas estavam

reduzidas às pautas que emanavam do PCB. Diante desse processo histórico, a explicação histórica situa-se no campo de possibilidades. A compreensão desse processo histórico direcionou a pesquisa para o início da década de 1950.

O primeiro jornal da cidade foi o “Fernandópolis-Jornal”. O periódico foi criado em 1945 como uma empresa de Orlando Lopreto⁹, com a colaboração de Jayme Baptista Leone. A partir de 1947, o jornal passa para a propriedade de Jayme Leone, que era seu principal redator, mas contava com diversos colaboradores. O “Fernandópolis-Jornal” sobreviveu até o ano de 1996. Todavia, os exemplares entre os números 102 e 257 não estão disponíveis para a pesquisa, que estende o ano de 1948 a 1950¹⁰. O periódico não usa muitas ilustrações e mantém colunas fixas no decorrer do período pesquisado. A tiragem regular foi de 1000 exemplares, com distribuição em toda região. É comum, nesse periódico, publicidades de diversas cidades: Jales, Santa Fé do Sul, Votuporanga e São José do Rio Preto. Sobre os diversos movimentos dos trabalhadores no período de 1946 a 1950 o “Fernandópolis-Jornal” silencia.

O diretor-redator do periódico, Jayme Leone, assume, em muitos momentos, um posicionamento firme na defesa do “progresso” e da “ordem” no município. Em colunas fixas do periódico (“Notas Diversas” e “Secção Livre”) foi possível acompanhar diversos debates sobre os projetos de cidade e sobre as lutas dos trabalhadores no período. O “levante comunista de 1949” foi um dos temas debatidos nessas secções. O fato de ocorrer movimentos de trabalhadores – tal como em torno do preço do algodão e a luta contra as multinacionais *Sanbra S/A* e *Anderson Clayton Company Ltda.*, ou a presença e concentração de trabalhadores na cidade – leva o redator e outros articulistas do periódico a retomar 1949 como contraponto ao narrar. Torna-se, assim, possível mapear os limites e as pressões do processo histórico de construção social das memórias e histórias sobre o movimento de trabalhadores em 1949. Em 25 de maio de 1952 escreve-se na primeira página do periódico “Fernandópolis-Jornal”:

Causou reboião a concentração de lavradores que se tentou fazer nesta cidade. Marcada para o dia 22 de maio às 13 horas, conforme informara um boletim esparramado aos milhares por toda a região de Fernandópolis, graças à intervenção da Delegacia de Polícia local não chegou a realizar-se. Enorme foi a onda de boatos sobre a ação policial de prevenção contra esta reunião de caráter suspeito. Os dizeres desse boletim, de fundo subversivo, iniciando-se por uma

⁹ Orlando Lopreto foi fichado no DOPS, “acusado” de ser “simpatizante comunista”. Cf. Prontuário 73.261 – Orlando Lopreto. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁰ O periódico “Fernandópolis-Jornal” foi organizado como uma empresa familiar, pelo menos a partir da direção de Jayme Leone. Por questões de interesse familiar e político os números de 102 a 257 não foram disponibilizados para essa pesquisa; o que dificultou muito, já que compreende o período em que ocorreu o movimento de trabalhadores de 1948 e 1949 na cidade.

pretendida defesa dos interesses da lavoura terminavam por caluniar as autoridades constituídas chegando mesmo ao absurdo de afirmar que o Rhodiatox, veneno norte-americano era o causador da paralisia infantil e da febre amarela.

Aos nossos leitores queremos dizer que, excetuadas as prisões de pessoas suspeitas, não chegou ao nosso conhecimento qualquer ação menos decente ou antidemocrática dos agentes policiais aos quais esteve, e está, entregue a sorte e defesa dos lares fernandopolenses.

Natural que, com as medidas tomadas pela Polícia, diminuto foi, nesse dia, o movimento comercial da cidade; à tarde não poudé (sic) ser efetuada a procissão programada na festa que vinha fazendo em benefício da Igreja Matriz local, por falta de gente.

A noite, a conselho das Autoridades que pediam ao Povo que evitasse aglomerações, foi pequeno o footing na rua Brasil, artéria principal da nossa urbe. Transcorreu, pois sem incidentes o dia 22 de maio, dia que os adversários do progresso de Fernandópolis escolheram para vir aumentar a série de dificuldades com que já lutamos. No dia da Ascensão do Senhor, justamente, nem uma procissão se poudé (sic) fazer, posto que os habitantes da cidade se arrecejavam (sic), apesar da perfeita manutenção da ordem, de que algo pudesse haver.

Esperamos que os homens de responsabilidade de Fernandópolis meditem bem sobre esse grave problema que temos a resolver.

Ou os fernandopolenses destroem (sic) com eficiência e calma esses focos de confusão, de incompreensão política e de desserviço ao nosso progresso, ou teremos que nos conformar com um retrocesso certo e humilhante.

As autoridades cumpram o seu dever, como estão cumprindo. O Povo, as suas obrigações. Os Partidos Políticos que entre nós são avestruzes, reúnam-se e façam suas depurações, organizem-se, estudem os nossos problemas e se tornem atuantes.

Na própria Câmara de Vereadores, estabeleça-se a vigência dos ditames da nossa lei máxima, a Constituição da República. O que é fato, é que é chegada a hora de se dizer: quem não fôr (sic) amigo de Fernandópolis, de São Paulo e do Brasil, desapareça do nosso meio, escafêda (sic), suma e já vai tarde, porque grande, imensamente grande, já foi o mal que nos tem causado essa gente.

Saberemos nós, se a cousa assim continuar, secundar a ação dos nossos poderes constituídos, reagindo à altura com bons princípios e melhores ações, contra os malefícios daqueles que já tentaram, por duas vezes, promover desordem e confusão em Fernandópolis.

Um comércio dos mais brilhantes, uma população das mais ordeiras, como os nossos, não podem permitir, de braços cruzados, que se faça de Fernandópolis uma propaganda tão má tão pejorativa, tão humilhante – um foco de comunismo.

Queremos trabalhar, e haveremos de o fazer. Queremos progredir e progrediremos (FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Concentração de lavradores a 22 de maio. Notas diversas, n. 359, 25/05/1952, p. 1).

O relato, em nuança autoritária de Jayme Leone, sobre a concentração de trabalhadores no dia 22 de maio (dia do aniversário de emancipação política da cidade e feriado religioso), cujo movimento tinha com objetivo politizar o debate em torno da ação das multinacionais, traz em seu interior diversas imagens e memórias sobre a cidade, seus diversos projetos em disputa, bem como sobre os trabalhadores e suas lutas.

Para o redator do “Fernandópolis-Jornal”, que rememora os movimentos de trabalhadores de 1948 e de 1949, a cidade não era e não deveria ser um ambiente a ser ocupado pelos trabalhadores, pois “já tentaram, por duas vezes, promover desordem e confusão em Fernandópolis”. A concentração de trabalhadores no espaço da cidade, com

suas lutas, promoveram “desordem” e “confusão”, prejudicando o comércio, a celebração e festa religiosa!

Os significados que o articulista elabora sobre a relação da cidade como foco de comunismo – como algo “pejorativo” e “humilhante” para o bom desenvolvimento do “progresso” e da “ordem” – expressa elementos para a construção do projeto de cidade, da versão sobre o movimento de 1949 e da memória hegemônica sobre o passado da cidade. O espaço da cidade é visto como um ambiente a ser ocupado apenas por aqueles que querem fazer a cidade “progredir”. Mas, quais os significados desse projeto de “ordem” e “progresso”? O debate em torno da produção do algodão na região parecia acirrar os ânimos entre trabalhadores e seus patrões, arrendatários, pequenos agricultores, entre outros, e as multinacionais instaladas na cidade – *Sanbra S/A* e *Anderson Clayton Company Ltda.* A cidade estava em disputa – evidência da luta de classes. Os trabalhadores formulavam seus projetos de vida e de sociedade e os disputavam no ambiente da cidade.

Referências Bibliográficas

COSTA, L. F. de C. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 2, p. 67-88, Julho/1994.

FENELON, D. R. (Org.) **Cidades**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Editora Olho d'Água, 2000.

GRABOIS, M. Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura. **Problemas**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 20, ago./set. 1949.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. L. SOVIK. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

LONER, B. A. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”**: um estudo. 1985. 206 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARIGHELLA, C. Nossa política. **Problemas**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 16, jan. 1949.

MOREIRA, V. J. **Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra**: Fernandópolis-SP, 1946-1964. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2009.

POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, Educ, nº. 10, p. 41-58, dez/1993.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, O. O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 64, dez. 1954/fev. 1955.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs. A. L. NEGRO; S. SILVA. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WELCH, C.; GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.